

Conselho, e Chancellér Mór do Reino, Mando que a faça publicar na Chancellaria, e que della se remettão exemplares a todos os Tribunaes, Cabeças de Comarcas, e Villas destes Reinos, e seus Dominios, registando-se em todos os lugares, aonde se costumão registrar semelhantes Leis, e remettendo-se o Original para a Torre do Tombo. Dada na Villa das Caldas aos 21 dias do mez de Junho do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de 1787. (1) = Com a Assignatura da Rainha com Guarda, e a do Ministro.

Regist. na Secretaria de Estado dos Negocios do Reino no Livro I. da Real Meza da Commissão Geral sobre o Exame, e Censura dos livros a fol. 1., e impr. na Impressão Régia.



EU A RAINHA Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem: Que havendo-se conhecido por huma successiva experiencia, que o Imposto do Subsidio Litterario, estabelecido por ElRei Meu Senhor, e Pai, que está em Gloria, pela Lei de dez de Novembro de mil setecentos setenta e dous, para ser applicado ao Ensino Público da Mocidade destes Reinos, e seus Dominios, tem na prática alguns inconvenientes, e contém algumas desigualdades, que só a mesma experiencia, e o trato do tempo podião dar a conhecer: Pois que consistindo o referido Imposto nestes Reinos, e Ilhas Adjacentes, em hum real de cada canada de Vinho; em quatro réis de cada canada de Agua ardente; e cento e sessenta réis por cada pipa de Vinagre; na America, e Africa em hum real de cada arratel de carne; e nas mesmas partes, e na Asia dez réis em canada de Agua ardente, das que se fabricão nas terras dos referidos Dominios; ha nas quotas sobreditas algumas desigualdades, de que tem resultado abusos, que se devem atalhar: Reduzindo o referido Imposto áquella maior igualdade, que podem admittir os que tem semelhante natureza; para que a arrecadação delle se faça mais exacta; se desterrem alguns abusos introduzidos na mesma arrecadação; e se haja de conservar, e prover de novo, onde convier o número de Mestres, e de Professores dos Estudos menores em beneficio público, e particular dos meus fieis Vassallos: Sou servida declarar, e modificar a sobredita Lei na maneira seguinte.

I. Mando: Que da publicação deste Alvará em diante fiquem izentos os Povos destes Reinos, e Ilhas Adjacentes da contribuição do Subsidio Litterario da Agua ardente, e do Vinagre, que extrahirem, e fizerem do Vinho; porque a mudança, e nova preparação deste genero os não deve obrigar a que paguem segunda vez este Imposto: E ordeno outrosim, que em lugar da Collecta, que até agora se cobrava dos *Vinhos Verdes*, paguem os Collectados, que tiverem producções deste genero, o unico Imposto de cento e vinte réis por pipa: não sendo justo que á vista da grande differença do valor que ha dos *Vinhos Verdes* aos

(1) Vid. o Alvará de 22 de Agosto de 1791, a Lei de 17 de Dezembro de 1794, Alvará de 30 de Julho de 1795, e Decretos de 12 de Junho de 1823, e de 6 de Março de 1824.

Maduros se cobre o mesmo Subsidio de huns, e de outros: Bem entendido, que em não chegando a pipa, pagará cinco réis por almude.

II. *Item.* Mando: Que nestes Reinos, e Ilhas Adjacentes contribua para o Subsidio Litterario o Vinagre, e Agua ardente, que não forem extrahidos do mesmo Vinho; pagando-se, e observando-se, a respeito destes generos, o que se acha estabelecido pelos paragrafos Segundo, e Terceiro da sobredita Lei de dez de Novembro de milsetecentos setenta e dous.

III. *Item.* Mando: Que pelo que respeita aos Dominios Ultramarinos se observe o que na sobredita Carta de Lei está determinado.

IV. *Item.* Mando: Que todos os Legados, ou Pensões, que se tiverem deixado, e daqui em diante se deixarem para supprir as despesas dos Estudos, e que se não acharem reduzidos por legitima authoridade, e poder, se entreguem nos Cofres da Arrecadação da Collecta do Subsidio Litterario: a cujo fim os Administradores, e Testamenteiros, assim públicos, como particulares, devem manifestar no Juizo, onde se fizer a dita arrecadação, a importancia dos ditos Legados, ou Pensões; e nelle entregar as suas sommas no fim de cada anno para com o mais rendimento se lhes dar a devida, e competente applicação.

V. *Item.* Mando: Que nos tempos, em que os sobreditos generos, de que se ha de extrahir a Collecta Litteraria, estiverem recolhidos nas adegas, ou casas em que se acharem, sejam os Donos delles obrigados a manifestallas, sem malicia, ou dolo, perante os Juizes respectivos, que farão descrever estes manifestos, e os de que trata o paragrafo antecedente, em Livros distinctos; praticando se no expediente desta arrecadação o que lhes fôr determinado por Instrucções da Real Meza da Comissão Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros, á qual pela Minha Carta de Lei de vinte e hum de Junho do presente anno ficou pertencendo a arrecadação, e administração deste rendimento.

VI. *Item.* Mando: Que no acto, em que se fizer qualquer manifesto, o Escrivão, que lavrar o Termo, passará hum Certidão, ou Bilhete, por elle assignado, em que tambem declarará as forças do Termo que lavrou, e se entregará ao Manifestante, para servir a todo o tempo de prova ao mesmo manifesto.

VII. *Item.* Mando: Que os respectivos Juizes cumprão, como devem, assim como os Manifestantes, tudo quanto lhes fica determinado, debaixo das penas, contra os primeiros, da suspensão dos seus lugares até minha mercê, nos casos, em que por omissão, ou negligencia prejudicarem o rendimento da Collecta Litteraria; e contra os segundos, do perdimento dos generos, que occultarão ao Manifesto, ou com o equivalente delles, em todo, e qualquer tempo em que se provar o dolo. Nas mesmas penas incorrerão aquelles, que manifestarem *Vinho Verde* em lugar do *Vinho Maduro*, movidos do interesse que lhes resulta de ser menor o Imposto, que vai determinado para os *Vinhos Verdes*. E igualmente serão punidos os Testamenteiros, e os Administradores com o tresdobro dos Legados, ou Pensões, que sendo applicados para as despesas dos Estudos, os occultarem ao devido Manifesto.

VIII. *Item.* Mando: Que as Denúncias, que se derem em beneficio da Fazenda do Subsidio Litterario contra os que delinquirem nos seus manifestos em prejuizo público, se tomem em segredo, sem já mais se declarar quem forão os Denunciantes; ficando a arbitrio destes darem a Denúncia do genero, ou Legado occultado em hum Cidade, ou Villa, no Juizo, e Escritorio de outra; passando-se a este fim os Officios

necessarios para a apprehensão do que se denunciou, ou do equivalente delle; com tanto que a diligencia seja feita pelos Officiaes do lugar, onde se achar o genero, ou Legado, que foi denunciado. E outrossim: Ordeno, que o producto do sequestro, depois de liquidado, se divida em tres partes iguaes; a saber: huma para o Escrivão das Sizas, que tomou a Denúncia; outra para a pessoa, que deo a mesma Denúncia; e a outra parte para as despesas, que se devem fazer pelo Cofre do Subsidio Litterario.

IX. Nesta maneira Hei por declarada, modificada, e reformada a sobredita Lei de dez de Novembro de mil setecentos setenta e dous, na parte sómente em que vai alterada, ficando em tudo o mais na sua observancia, e vigor.

Pelo que: Mando á Meza do Desembargo do Paço; Presidente do Meu Real Erario; Real Meza da Commissão Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros; Conselhos da Minha Real Fazenda, e do Ultramar; Meza da Consciencia, e Ordens; Regedor da Casa da Supplicação; Governador da Relação, e Casa do Porto, ou quem seu lugar servir; Senado da Camara; Vice-Reis, e Capitães Generaes dos Meus Dominios Ultraminos; Ilhas dos Açores, e da Madeira; e bem assim a todos os Desembargadores, Provedores, Corregedores, Ouvidores, Juizes, Justicas, e mais Pessoas destes Meus Reinos, e Dominios, a quem o conhecimento deste Alvará houver de pertencer, que o cumprão, guardem, fação cumprir, e guardar tão inteira, e inviolavelmente, como nelle se contém, sem dúvida, ou embargo algum, qualquer que elle seja. E ao Doutor José Ricalde Pereira de Castro, do Meu Conselho, e Meu Desembargador do Paço, Chancellér Mór do Reino, Ordeno, que o faça publicar na Chancellaria, e que remetta os Exemplares delle debaixo do meu Sello, e seu signal a todos os Provedores das Comarcas, Ouvidores das Terras de Donatarios, e Ministros, a que se costumão remetter semelhantes Leis: Registando-se em todos os Tribunaes, Camaras das Cidades, e Villas destes Reinos, Ilhas Adjacentes, Dominios Ultramarinos, e mais lugares a que pertencer; e remettendo-se o Original para o Meu Real Arquivo da Torre do Tombo. Dado no Palacio de Lisboa em 7 de Julho de 1787. = Com a Assignatura da Rainha, e a do Ministro.

Regist. no Livro I. do Registo da Real Meza da Commissão Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros, na Chancellaria Mór da Côte e Reino á fol 104; e impr. na Impressão Régia.

—————*—————

Instrucções de Regimento, que a Rainha Nossa Senhora houve por bem approvar para a Arrecadação da Collecta Litteraria nas Comarcas destes Reinos, Ilhas Adjacentes, e Capitanias Ultramarinas,

Sendo presente á Rainha Nossa Senhora, que muitos Juizes de Vara branca, e dos Ordinarios, daquelles a quem está commettido o arrolamento dos Vinhos, Aguas ardentes, e Vinagres para a Contribuição Litteraria, se tem portado neste expediente com froxidão, e desacerto; consentindo huns que os Escrivães, que lavrão os Manifestos, sejam igual-